

Miséria cai no governo Lula, mas ainda atinge 42,6 milhões

AGÊNCIA REUTERS

A miséria caiu 10,3 por cento no país entre 2004 e 2005 e deve manter a trajetória de queda em 2006, mostrou nesta sexta-feira uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O economista, Marcelo Neri, coordenador da pesquisa, alertou, no entanto, que essa trajetória não é sustentável com os atuais mecanismos do governo.

Em 2005, o percentual de miseráveis caiu para 22,77 por cento da população, ante 25,38 por cento em 2004. Segundo o estudo "Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real", do Centro de Políticas Sociais da FGV, o número absoluto de miseráveis em 2005 chegou a 42,58 milhões numa população de aproximadamente 187 milhões de pessoas.

Na comparação com 2003, quando a proporção de miseráveis era de 28,17 por cento, a queda registrada no ano passado foi de 19,18 por cento, comparável à registrada na época da introdução do Plano Real, ocorrida em 1994. Naquela ocasião, a população miserável diminuiu de 35,3 por cento, em 1993, para 28,8 por cento em 1995, uma redução de 18,47 por cento.

Para Neri, a atual redução pode ser atribuída ao aumento do salário mínimo e ao Bolsa Família.

Nos três primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a miséria caiu 5,2 por cento, enquanto nos quatro anos do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o contingente de miseráveis encolheu 5,1 por cento. Considera-se que quem ganha menos de 121 reais por mês está abaixo da linha da miséria.

Segundo Neri, ao observar os dados, identifica-se que o governo Fernando Henrique também começou bem no primeiro mandato, mas foi perdendo fôlego com o passar do tempo.

"O governo Lula também começou bem no combate à miséria e à desigualdade, mas os números são semelhantes ao do primeiro mandato de Fernando Henrique", disse Neri a jornalistas.

"Resta saber como vai ser daqui para frente", acrescentou, ao apresentar o estudo, feita com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma melhora objetiva de parcela da população brasileira, em parte devido a programas sociais do governo, como o Bolsa Família, tem sido apontada por especialistas como um dos principais motivos da forte popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, favorito até agora à reeleição, entre os eleitores de renda mais baixa.

GASTO ELEVADO

Para Neri, este ano deve trazer novos números de queda na miséria e na pobreza no país.

"A queda em 2006 já está escrita e garantida. Houve um aumento do valor do Bolsa Família e uma aceleração do número de bolsas, além

disso houve um aumento real de 13 por cento no salário mínimo e a inflação permaneceu baixa", disse Neri.

O economista destacou que a utilização do salário mínimo como meio e reduzir a miséria e a desigualdade é insustentável.

"A trajetória do governo não é sustentável. O aumento dos gastos é muito elevado. Isso pode provocar um aumento da carga tributária que ninguém agüenta mais e que já é alta para um país como o Brasil", disse.

"O grande desafio do Brasil é gastar melhor, a gente ainda gasta muito mal. O problema do salário mínimo é que a população está ficando mais velha e é um processo irreversível. Com isso, o governo está sempre gastando mais", explicou Neri.

O economista acrescentou que o governo deveria focar sua ação social em programas como o Bolsa Família, que atinge diretamente as camadas mais pobres da população e também é menos oneroso para o governo.

"Cada real investido no Bolsa Família é duas vezes e meia mais eficiente do que o aplicado no salário mínimo ... O Bolsa Família não pressiona o gasto público, é mais focado e é algo reversível...", disse.

Ele acrescentou, porém, que a expansão do programa pode ter se esgotado.

"O Bolsa Família chegou ao limite, não deve crescer mais do que as 11,1 milhões de famílias. Agora é aperfeiçoá-lo com um cadastro melhor e aumentar o valor. Se tiver que optar entre Bolsa Família e salário mínimo, que o governo aumente o Bolsa Família como mecanismo de transferência de renda", concluiu.

O estudo está disponível no site <http://www.fgv.br/cps/>.